



CÓD: OP-011FV-22  
7908403517695

# **MP-GO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

500 Questões Gabaritadas

**CADERNO DE QUESTÕES**

## LÍNGUA PORTUGUESA

**1. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

“É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.” (Machado de Assis, A Semana – 1871)

Ao redigirmos um texto devemos ter cuidado com a grafia das palavras empregadas; no caso do pensamento de Machado, há o emprego graficamente correto da palavra mal.

A frase abaixo em que o emprego da mesma palavra está **INCORRETO** é:

- (A) O mal é combatido pela polícia;
- (B) O mal-educado nunca é bem-vindo;
- (C) Desrespeitar as leis é um mal hábito;
- (D) Mal chegou a polícia, todos se retiraram;
- (E) Não há mal que sempre dure.

**2. FGV - Agente de Apoio Operacional (IMBEL)/Ajudante Geral/2021 (e mais 6 concursos)**

Leia o cartaz a seguir, colado em um poste da praia de Copacabana.

*Se você joga lixo na praia para garantir o emprego do gari,  
então porque não morre para garantir o emprego do coveiro?*

Assinale a opção que mostra um erro do texto do cartaz.

- (A) A grafia de “porque”.
- (B) A falta de acento em “emprego”.
- (C) O emprego da vírgula entre as frases.
- (D) O uso de “garantir” em lugar de “garantia”.
- (E) A repetição indevida da palavra “garantir”.

**3. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)**

Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo “onde” não é empregado corretamente.

- (A) “Não sei mais onde amarrei meu burro.”
- (B) “Onde falta o dinheiro, tudo desmorona.”
- (C) “Nunca se vai ao lugar onde mora a fera.”
- (D) “Em toda iniciativa pensa bem onde queres chegar.”
- (E) “Quem tem fome não tem escolha: seu espírito não vem de onde ele gostaria, mas da fome.”

**4. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021**

Assinale a opção em que a expressão sublinhada está adequadamente empregada.

- (A) Graças à inflação, os preços dispararam.
- (B) Cerca de 37,4% dos preços subiram.
- (C) Todos estamos afim de enriquecer.
- (D) O capitalista foi de encontro a um grande negócio.
- (E) Ao invés de ganhar, todos tiveram prejuízo.

**5. FGV - Aluno-Oficial (PM SP)/2021  
TEXTO III**

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem<sup>(a)</sup>, muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. O número dos hóspedes crescia, os casulos subdividiam-se em cubículos do tamanho de sepulturas, e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador. Uma família, composta de mãe viúva e cinco filhas solteiras, das quais destas a mais velha tinha trinta anos e a mais moça quinze, veio ocupar a casa que Dona Isabel esvaziou poucos dias depois do casamento de Pombinha<sup>(c)</sup>.

Agora, na mesma rua, germinava outro cortiço ali perto, o “Cabeça-de-Gato”. Figurava como seu dono um português que também tinha venda, mas o legítimo proprietário era um abastado conselheiro, homem de gravata lavada<sup>(b)</sup>, a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações<sup>(d)</sup>. E João Romão, estalando de raiva, viu que aquela nova república da miséria prometia ir adiante e ameaçava fazer-lhe à sua perigosa concorrência. Pôs-se logo em campo, disposto à luta, e começou a perseguir o rival por todos os modos, peitando fiscais e guardas municipais, para que o não deixassem respirar um instante com multas e exigências vexatórias; enquanto pela sorrelfa\* plantava no espírito dos seus inquilinos um verdadeiro ódio de partido, que os incompatibilizava com a gente do “Cabeça-de-Gato<sup>(e)</sup>”. Aquele que não estivesse disposto a isso ia direitinho para a rua, “que ali se não admitiam meias medidas a tal respeito! Ah! ou bem peixe ou bem carne! Nada de embrulho!”.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*, 1890. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000015.pdf>. Acesso em 27 jul. 2020.

\* sorrelfa: dissimulação silenciosa para enganar ou iludir.

Assinale a opção que apresenta, em destaque, um vocábulo formado por derivação imprópria e outro formado por derivação prefixal, respectivamente.

- (A) À proporção que alguns **locatários** abandonavam a **estalagem** (...)  
 (B) (...) mas o legítimo proprietário era um **abastado** conselheiro, homem de **gravata** lavada (...)  
 (C) (...) a casa que Dona Isabel **esvaziou** poucos dias depois do casamento de **Pombinha**.  
 (D) (...) a quem não convinha, por **decoro** social, aparecer em semelhante gênero de **especulações**.  
 (E) (...) um verdadeiro ódio de **partido**, que os **incompatibilizava** com a gente do “Cabeça-de-Gato”.

### 6. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)

Texto 1

“A instituição policial brasileira, segundo documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, quando da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, como melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por segundas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, assim, sucessivamente. Somente em 1808, com a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- (A) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos;  
 (B) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram;  
 (C) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens;  
 (D) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido;  
 (E) A virtude premeditada é a virtude do vício.

### 7. FGV - Auditor Técnico de Controle Externo (TCE-AM)/Auditoria Governamental/2021

Texto 5 – História da lenda do Bumba meu boi

“No nordeste, a história do Bumba meu boi foi inspirada na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).

Nessa versão, Mãe Catirina e Pai Francisco são um casal de negros trabalhadores de uma fazenda. Quando Mãe Catirina fica grávida, ela tem desejo de comer a língua de um boi.

Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.

Ao notar a falta do boi, o fazendeiro pede para que todos os empregados saiam em busca dele.

Eles encontram o boi quase morto, mas com a ajuda de um curandeiro ele se recupera. Noutras versões, o boi já está morto e com o auxílio de um pajé, ele ressuscita.

A lenda, dessa maneira, está associada ao conceito de milagre do catolicismo ao trazer de volta o animal. Ao mesmo tempo, mostra a presença de elementos indígenas e africanos, tal como a cura pelo pajé ou curandeiro e a ressurreição.

A festa do Bumba meu boi é celebrada para comemorar esse milagre.”

“Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.”

Nesse segmento do texto 5 há uma relação vocabular correta, ao escrever-se “um dos bois do rebanho”, já que “rebanho” é o vocábulo coletivo adequado para “boi”.

A opção abaixo em que o emprego do coletivo é INADEQUADO é:

- (A) uma das abelhas do enxame;  
 (B) um dos mosquitos da nuvem;  
 (C) um dos elefantes da manada;  
 (D) uma das cabras do fato;  
 (E) um dos porcos do chiqueiro.

### 8. FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Administrador/2021 (e mais 11 concursos)

Observe as seguintes frases de e-mails, prestando atenção ao emprego de diminutivos:

1. João está bem, mas deve tomar cuidadinho.
2. Estou um pouquinho cheio deste trabalho.
3. Ela faz uma coisinha qualquer e logo a mãe baba.
4. Pouco a pouco vou aprendendo um pouquinho mais.

## RACIOCÍNIO LÓGICO-ANALÍTICO

**1. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

Mário, que mora sozinho, falava ao telefone com sua mãe a respeito do dia anterior:

*Lavei a louça e não dormi tarde.*

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Não lavei a louça e não dormi tarde;
- (B) Lavei a louça e dormi tarde;
- (C) Não lavei a louça e dormi tarde;
- (D) Não lavei a louça ou não dormi tarde;
- (E) Não lavei a louça ou dormi tarde.

**2. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)**

Um professor afirmou:

*«Quem acertar todas as questões de múltipla-escolha vai tirar conceito A.»*

Alberto é um de seus alunos. Uma consequência lógica da sentença do professor é:

- (A) se Alberto tirou conceito A, então ele acertou todas as questões de múltipla-escolha.
- (B) se Alberto não tirou conceito A, então ele acertou todas as questões de múltipla-escolha.
- (C) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou todas as questões de múltipla-escolha.
- (D) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou exatamente uma questão de múltipla-escolha.
- (E) se Alberto não tirou conceito A, então ele errou pelo menos uma questão de múltipla-escolha.

**3. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021 (e mais 18 concursos)**

Considere a sentença:

“Se a cobra é verde, então ela não morde ou ela é venenosa”.

A sentença logicamente equivalente à sentença dada é:

- (A) Se a cobra morde e não é venenosa, então ela não é verde.
- (B) Se a cobra não é verde, então ela morde e não é venenosa.
- (C) Se a cobra não é verde, então ela não morde ou não é venenosa.
- (D) A cobra é verde e não morde ou é venenosa.
- (E) A cobra não é verde e morde e não é venenosa.

**4. FGV - Analista de Tecnologia da Informação (BASTES)/Desenvolvimento de Sistemas/2021 (e mais 2 concursos)**

A frase a seguir é um conhecido ditado popular:

“Se não tem cão então caça com gato”.

Uma frase logicamente equivalente é:

- (A) Se tem cão então não caça com gato;
- (B) Se caça com gato então não tem cão;
- (C) Tem cão ou caça com gato;
- (D) Tem cão e caça com gato;
- (E) Tem cão ou não caça com gato.

**5. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

Sabe-se que a sentença “Se a camisa é branca, então a calça é branca” é FALSA e a sentença “Se o sapato é preto, então a camisa não é branca” é VERDADEIRA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato não é preto;
- (B) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato é preto;
- (C) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato não é preto;
- (D) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato é preto;
- (E) a camisa não é branca, a calça não é branca e o sapato é preto.

**6. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)**

Roberto fez as seguintes afirmações sobre suas atividades diárias:

- faço ginástica ou natação.
- vou ao clube ou não faço natação.
- vou à academia ou não faço ginástica.

Certo dia Roberto não foi à academia.

É **correto** concluir que, nesse dia, Roberto

- (A) fez ginástica e natação.
- (B) não fez ginástica nem natação.
- (C) fez natação e não foi ao clube.
- (D) foi ao clube e fez natação.
- (E) não fez ginástica e não foi ao clube.

**7. FGV - Analista de Tecnologia da Informação (BANESTES)/Desenvolvimento de Sistemas/2021 (e mais 2 concursos)**

Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

- . Se Priscila é paulista, então Joel é capixaba.
- . Se Gabriela não é carioca, então Joel não é capixaba.
- . Se Gabriela é carioca, então Priscila não é paulista.

É **correto** deduzir que:

- (A) Gabriela é carioca;
- (B) Gabriela não é carioca;
- (C) Priscila não é paulista;
- (D) Priscila é paulista;
- (E) Joel não é capixaba.

**8. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

Considere verdadeira a afirmação:

*“Todo vegetal verde é saudável.”*

É correto concluir que:

- (A) Todo vegetal saudável é verde.
- (B) Todo vegetal que não é saudável não é verde.
- (C) Todo vegetal que não é verde não é saudável.
- (D) Alguns vegetais verdes não são saudáveis.
- (E) Alguns vegetais que não são saudáveis são verdes.

**9. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021**

Considere as afirmativas a seguir.

I. Todo auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também presta orientações sobre legislação tributária, mas nenhum auditor que presta orientações sobre legislação tributária instaura processos administrativos-fiscais.

II. Todo auditor que apreende mercadorias irregulares faz o controle aduaneiro, e alguns auditores que fazem o controle aduaneiro, instauram processos administrativos-fiscais.

III. Nenhum auditor que faz o controle aduaneiro presta orientação tributária.

Sendo certo que **não** há auditor que execute conjuntamente as funções de controle aduaneiro, apreensão de mercadorias irregulares e de instauração de processos administrativos-fiscais, é correto concluir que

- (A) nenhum auditor que apreende mercadorias irregulares também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (B) todo auditor que faz o controle aduaneiro também apreende mercadorias irregulares.
- (C) todo auditor que presta orientações sobre a legislação tributária também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- (D) pelo menos um auditor que apreende mercadorias irregulares também instaura processos administrativos-fiscais.
- (E) pelo menos um auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também instaura processos administrativos-fiscais.

**10. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021 (e mais 18 concursos)**

Considere a sentença:

*“Todo urso branco é amigo da onça.”*

A negação lógica dessa sentença é:

- (A) Nenhum urso branco é amigo da onça.
- (B) Algum urso branco não é amigo da onça.
- (C) Todo urso marrom é amigo da onça.
- (D) Nenhuma onça é amiga de urso branco.
- (E) Algum urso não é branco e é amigo da onça.

**11. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)**

O advogado de uma empresa afirmou ao diretor que:

*“Todos os processos relativos à empresa X foram finalizados”*

Dias depois, o diretor foi informado que essa afirmação não era verdadeira.

O diretor concluiu logicamente que

- (A) nenhum processo da empresa X foi finalizado.
- (B) somente um processo da empresa X não foi finalizado.
- (C) pelo menos um processo da empresa X não foi finalizado.
- (D) foi finalizado pelo menos um processo que não se refere à empresa X.
- (E) todos os processos finalizados não se referiam à empresa X.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

**1. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

Considere um *pen drive* com capacidade de 8GB, totalmente vazio. Assinale a opção que indica o número mais próximo do máximo de arquivos de 400KB que podem ser armazenados nesse dispositivo.

- (A) 20.000
- (B) 40.000
- (C) 60.000
- (D) 80.000
- (E) 100.000

**2. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)**

Considere um disco rígido (HD) com capacidade de armazenagem de 1TB, inteiramente vazio, e uma coleção de 500.000 arquivos que devem ser copiados para esse disco. Sabe-se que o tamanho médio desses arquivos é aproximadamente X. Assinale o valor máximo de X para que haja espaço no disco para todos esses arquivos.

- (A) 256K(B) (B) 512K(B) (C) 1M(B) (D) 2M(B) (E) 4M(B)

**3. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

Nas vendas do varejo, o termo *impressora multifuncional* refere-se aos equipamentos que, além de imprimir, permitem

- (A) copiar e ler códigos de barras.
- (B) escanear e copiar documentos.
- (C) escanear e ler códigos de barras.
- (D) comunicação remota por meio de Wi-Fi.
- (E) operar com múltiplos graus de resolução.

**4. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

Computadores de mesa e notebooks requerem a instalação de um sistema operacional para funcionar.

Uma função que **NÃO** faz parte das atribuições de um sistema operacional como o Windows 10 é o gerenciamento de:

- (A) caixas postais de correio eletrônico;
- (B) discos rígidos;
- (C) impressoras e scanners;
- (D) memória;
- (E) tarefas e processos.

**5. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

No Windows 10, o *Gerenciador de Tarefas* permite o monitoramento da utilização de recursos do sistema em termos de utilização e atividade.

A lista que contém apenas recursos monitorados por meio da guia Desempenho é:

- (A) Arquivos, CPU, Energia, Firewall;
- (B) Arquivos, CPU, Energia, Memória virtual;
- (C) CPU, Disco, Ethernet, Memória;
- (D) Disco, Ethernet, Memória, Impressão;
- (E) Disco, Firewall, Ethernet, Memória.

**6. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

No ambiente Windows, os programas responsáveis pela comunicação entre o sistema operacional e o hardware conectado ao computador, tais como impressora, mouse, placas de vídeo e rede, são conhecidos pelo termo

- (A) drivers.
- (B) threads.
- (C) serviços.
- (D) registros.
- (E) processos.

**7. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

Bruno quer copiar para um *pen drive* todo o conteúdo de uma pasta localizada no *desktop* do seu computador, mas antes precisa descobrir quantas subpastas e arquivos há na referida pasta e, também, o espaço requerido para a armazenagem. Assinale o recurso do Windows que permite mais facilmente a obtenção dessas informações.

- (A) Configurações.
- (B) Bloco de Notas.
- (C) *Prompt* de Comando.
- (D) Gerenciador de Tarefas.
- (E) Explorador de Arquivos.

**8. FGV - Auxiliar Técnico Administrativo (IMBEL)/Almoxarife/2021 (e mais 62 concursos)**

Maria abriu o *Explorador de Arquivos* no Windows para apagar um arquivo em uma certa pasta. Depois de acessar a pasta, Maria localizou o arquivo, selecionou-o e pressionou Delete no teclado.

Maria, imediatamente, percebeu que havia deletado o arquivo errado. Ato contínuo, usou uma combinação de teclas e o arquivo voltou a ser exibido na lista.

Assinale a combinação de teclas utilizada por Maria.

- (A) Ctrl-Alt-X
- (B) Ctrl-Alt-(D) (C) Ctrl-R
- (D) Ctrl-Y
- (E) Ctrl-Z

**9. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)**

No Windows, o usuário de nome *Fulano* criou uma pasta denominada *Seguros* no seu *desktop*, na qual armazenou arquivos variados. No contexto do aplicativo Explorador de Arquivos do Windows, assinale o endereço que corresponde à referida pasta.

- (A) C:\Users\Fulano\Desktop\Seguros
- (B) C:\Fulano\Desktop\Seguros
- (C) C:\Desktop\Fulano\Seguros
- (D) C:\Users\Fulano\Seguros
- (E) C:\Fulano\Seguros

**10. FGV - Advogado (IMBEL)/2021 (e mais 25 concursos)**

No contexto do Windows 10, assinale a opção que contém um nome de arquivo inválido.

- (A) [novo
- (B) (novo)
- (C) muito\*novo
- (D) muito\_novo
- (E) muito-novo

**11. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)**

Mateus utiliza a área de trabalho (desktop) do Windows 10 do seu computador tanto para assuntos particulares como profissionais, mas gostaria de separar os dois tipos de conteúdo, porque tem participado frequentemente de reuniões virtuais.

Assinale o recurso disponível na Barra de Tarefas que permite a criação de uma ou mais versões da área de trabalho.

- (A) Barras de ferramentas.
- (B) Gerenciados de tarefas.
- (C) Mostrar janelas empilhadas.
- (D) Mostrar janelas lado a lado.
- (E) Visão de tarefas.

**12. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021 (e mais 3 concursos)**

Com referência aos dispositivos de segurança do Windows que atuam na limitação do acesso às portas do computador, impedindo a ação de invasores, assinale a opção que indica o artefato/ferramenta que gerencia essa proteção.

- (A) Configurator do Sistema.
- (B) Gerenciamento de Serviços de Informação.
- (C) Monitor de Desempenho.
- (D) Monitor de Recursos.
- (E) Windows Defender Firewall.

**13. FGV - Técnico (FunSaúde CE)/Enfermagem Saúde do Trabalhador/2021 (e mais 7 concursos)**

No Windows 10, o Explorador de Arquivos, na sua configuração *standard*, apresenta pastas e arquivos por meio dos painéis de *Navegação*, de *Visualização* e de *Detalhes*, que contêm informações que podem variar de acordo com a extensão usada na gravação de cada arquivo.

Assinale a opção que indica a extensão dos arquivos cujas características não são exibidas no *Painel de Visualização*.

- (A) .docx
- (B) .pdf
- (C) .png
- (D) .xlsx
- (E) .zip

**14. FGV - Técnico (FunSaúde CE)/Enfermagem Saúde do Trabalhador/2021 (e mais 7 concursos)**

No Windows 10, a Barra de Tarefas, normalmente exibida na parte de baixo da tela, pode ser utilizada com diversas finalidades. Assinale a opção que indica uma delas.

- (A) Copiar arquivos.
- (B) Deletar arquivos.
- (C) Instalar aplicativos.
- (D) Obter acesso rápido a um aplicativo.
- (E) Usar como área de backup automático.

## ADMINISTRAÇÃO

**1. FGV - Soldado (PM CE)/2021/CFS**

Ao analisar a estrutura de uma organização típica, é possível identificar a existência de três níveis hierárquicos: o tático, o operacional e o estratégico.

Sabendo que cada um desses níveis é responsável por funções específicas na estrutura organizacional, o **nível operacional** tem foco, essencialmente, no

- (A) longo prazo e em unidades específicas.
- (B) longo prazo e nas diretrizes departamentais.
- (C) médio prazo no ambiente interno.
- (D) curto prazo e no ambiente externo.
- (E) curto prazo e em tarefas.

**2. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

A descrição das atribuições de um cargo de nível gerencial em uma organização inclui: distribuir as atividades e os recursos necessários a sua realização pela equipe de trabalho; identificação de projetos que representem oportunidades de desenvolvimento de negócios; orientar e motivar a equipe para o atingimento dos objetivos organizacionais.

Essas atividades estão relacionadas aos seguintes papéis do administrador, respectivamente:

- (A) decisório, de administrador de recursos; decisório, de empreendedor; interpessoal, de líder;
- (B) decisório, de líder; decisório, de administrador de recursos; interpessoal, de solucionador de conflitos;
- (C) interpessoal, de líder; informacional, de monitor; interpessoal, de negociador;
- (D) informacional, de monitor; decisório, de líder; interpessoal, de elemento de ligação;
- (E) informacional, de administrador de recursos; informacional, de empreendedor; interpessoal, de monitor.

**3. FGV - Analista Judiciário (TJRO)/Administrador/2021**

Uma organização está selecionando candidatos para um cargo de diretor. Entre as atribuições do cargo, estão: “comunicar ao mercado sobre os resultados, políticas e iniciativas organizacionais; identificar oportunidades para desenvolvimento de novos projetos; orientar e motivar a equipe”.

Essas atribuições estão relacionadas, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; empreendedor; líder;
- (B) porta-voz; monitor; símbolo;
- (C) disseminador; empreendedor; líder;
- (D) disseminador; administrador de recursos; solucionador de conflitos;
- (E) elemento de ligação; monitor; símbolo.

**4. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

Um gerente da área de TI recebeu a incumbência de definir os objetivos e as metas dos funcionários da área, bem como de avaliar o desempenho dos membros de sua equipe.

Ao realizar essas atribuições, o gerente exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- (A) organização; controle;
- (B) planejamento; direção;
- (C) planejamento; controle;
- (D) direção; controle;
- (E) direção; organização.

**5. FGV - Analista Judiciário (TJRO)/Administrador/2021**

O processo de administração compreende as quatro funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. A organização é “a função da administração que faz a distribuição das tarefas e dos recursos entre os membros organizacionais” (Sobral e Peci, 2013, p. 10).

O resultado do processo de organização é:

- (A) a definição das metas e objetivos estratégicos;
- (B) o estabelecimento do grau de descentralização organizacional;
- (C) o desenho da estrutura organizacional;
- (D) o estabelecimento do grau de especialização do trabalho;
- (E) o desenho da cadeia de comando.



**6. FGV - Soldado (PM CE)/2021/CFS**

Embora cada empresa tenha sua peculiaridade, existem atividades que são indispensáveis para os gestores, sendo conhecidas como funções administrativas.

Assinale a opção que apresenta corretamente as **funções administrativas**.

- (A) Planejamento, organização, coordenação e coerção.
- (B) Planejamento, organização, direção e controle.
- (C) Organização, coordenação, controle e inovação.
- (D) Coordenação, decisão, motivação e planejamento.
- (E) Direção, premeditação, coerção e coordenação.

**7. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021**

Considere que um candidato a governador de determinado estado brasileiro seja eleito com a promessa de redução de 20% dos assaltos à mão armada. Ao final de seu mandato, o relatório oficial apresenta uma redução de 22% dos assaltos à mão armada, mas um aumento de 8% no número de assaltos.

Com base no relatório oficial, é possível afirmar que a gestão do governador foi

- (A) eficiente.
- (B) eficaz.
- (C) econômica.
- (D) excelente.
- (E) evasiva.

**8. FGV - Analista Administrativo (FunSaúde CE)/Administração/2021 (e mais 1 concurso)**

A Organização Racional do Trabalho (ORT) surgiu no apogeu da Administração Científica e visava à substituição dos métodos empíricos e rudimentares, utilizados nas tarefas, por métodos científicos.

Assinale a opção que apresenta um exemplo de fundamento característico da ORT.

- (A) A noção de "homo social".
- (B) O desenho de cargos e salários.
- (C) O estudo dos grupos informais.
- (D) A análise organicista do processo administrativo.
- (E) A compreensão da organização como sistema aberto.

**9. FGV - Analista Especializado (IMBEL)/Analista de Recursos Humanos/2021**

Leia o fragmento a seguir, relativo às escolas de motivação.

*A escola \_\_\_\_\_ foi responsável por introduzir a versão \_\_\_ da motivação, segunda a qual o administrador busca motivar seus funcionários por meio de incentivos, principalmente de ordem material, a exemplo dos salários, baseando-se no pressuposto do \_\_\_\_\_.*

Assinale a opção que apresenta os termos que completam **corretamente** as lacunas do fragmento acima.

- (A) clássica – tradicional – homem social
- (B) clássica – tradicional – homem econômico
- (C) das relações humanas – tradicional – homem social
- (D) das relações humanas – contemporânea – homem social
- (E) das relações humanas – contemporânea – homem social

**10. FGV - Oficial Policial Militar (PM PB)/2021/CFO 2022**

Henri Fayol foi um dos principais pensadores da Teoria Clássica da Administração. Entre outras contribuições, formulou as funções do administrador e propôs um conjunto de princípios da administração, influenciando o pensamento e a prática administrativa.

Uma das funções do administrador e um princípio da administração, como propostos por Fayol, são, respectivamente:

- (A) planejar; informação;
- (B) dirigir; controle;
- (C) comandar; orçamentação;
- (D) coordenar; centralização;
- (E) organizar; preparo dos trabalhadores.

**11. FGV - Analista Especializado (IMBEL)/Analista Administrativo/2021 (e mais 1 concurso)**

Após experimento científico realizado por Elton Mayo, conhecido como experiência de Hawthorne, ganhou força a teoria que aumentou a importância da integração social na produtividade, contrastando drasticamente com os ideais tecnocráticos da época. Essa teoria é conhecida como

- (A) Gestão em Rede.
- (B) Teoria dos Sistemas.
- (C) Teoria Estruturalista.
- (D) Abordagem Científica.
- (E) Escola das Relações Humanas.

## ARQUIVOLOGIA

**1. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021**

A criação de estruturas públicas para o armazenamento de arquivos, a exemplo dos arquivos nacionais, encontra justificativa na necessidade de ampliação da eficiência governamental.

A ideia associada a essa eficiência é chamada de razão

- (A) cultural.
- (B) pessoal.
- (C) oficial.
- (D) informal.
- (E) prática.

**2. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021**

Em relação às *entidades mantenedoras*, é **correto** afirmar que os arquivos podem ser divididos em

- (A) públicos, institucionais, comerciais e pessoais.
- (B) públicos, informais, comerciais e privados.
- (C) privados, familiares, públicos e sociais.
- (D) familiares, comerciais, pessoais e públicos.
- (E) institucionais, públicos, privados e organizacionais.

**3. FGV - Analista Legislativo Municipal (CM Salvador)/Legislativa/Informação Legislativa/2018**

Um mesmo documento pode ser considerado documento de arquivo ou não, dependendo para isso de alguns fatores.

Um desses fatores é:

- (A) característica física;
- (B) idade dos documentos;
- (C) suporte da informação;
- (D) natureza dos documentos;
- (E) relação orgânica.

**4. FGV - Assistente Legislativo (ALERO)/»Sem Especialidade»/2018**

Assinale a opção que, conforme explícito na terminologia arquivística, apresenta um exemplo de arquivo especializado.

- (A) Arquivo Central.
- (B) Arquivo Setorial.
- (C) Arquivo Privado.
- (D) Arquivo Médico.
- (E) Arquivo de Microfilmes.

**5. FGV - Analista Legislativo (ALERO)/Arquivologia/2018**

Relacione as características dos documentos de arquivo, listados a seguir, às suas respectivas definições.

**1** - Autenticidade

**2** - Confiabilidade

**3** - Unicidade

**4** - Organicidade

( ) Os documentos de arquivo são produzidos e acumulados em razão das funções e atividades desenvolvidas pelo órgão ou entidade, o que os contextualiza no conjunto a que pertencem.

( ) Os documentos de arquivo têm a capacidade de sustentar os fatos que atesta. Isso está relacionado ao momento em que o documento é produzido e à veracidade de seu conteúdo.

( ) Os documentos de arquivo fazem parte do conjunto e possuem relações singulares com os demais documentos do grupo. Podem existir cópias, mas cada cópia é específica em seu lugar.

( ) Os documentos de arquivo precisam ser o que dizem ser, independentemente de se tratar de minuta, original ou cópia, sendo livre de adulterações ou qualquer outro tipo de corrupção.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 3, 2 e 4.
- (B) 1, 4, 2 e 3.
- (C) 4, 2, 3 e 1.
- (D) 2, 4, 3 e 1.
- (E) 4, 3, 2 e 1.

**6. FGV - Analista Legislativo (ALERO)/Arquivologia/2018**

Relacione as características dos documentos de arquivo, listadas a seguir, às suas respectivas definições.

**1** - Natureza do assunto

**2** - Tipo

**3** - Espécie

**4** - Gênero

( ) Os documentos se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente suporte e formato, e exigem processamento técnico específico e, algumas vezes, mediação técnica para acesso.

( ) Os documentos assemelhados por seu formato devem ser reunidos. Podem ser semelhanças definidas tanto em razão da natureza dos atos que lhes deram origem, quanto pela forma de registro dos fatos.

( ) Os documentos são classificados por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica de registro.

( ) Os documentos podem ser ostensivos ou sigilosos.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) 1, 3, 2 e 4.
- (B) 1, 4, 2 e 3.
- (C) 4, 2, 3 e 1.
- (D) 2, 4, 3 e 1.
- (E) 4, 3, 2 e 1.

**7. FGV - Técnico de Nível Médio (SME Cuiabá)/Administração Escolar/2015 (e mais 1 concurso)**

Com relação aos conceitos e tipos de arquivos, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

( ) Arquivo é o conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

( ) Os arquivos, quanto à natureza dos documentos, podem ser correntes, intermediários e permanentes.

( ) Os arquivos, quanto à entidade mantenedora, podem ser classificados como públicos e privados.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, F e V.
- (B) F, V e F.
- (C) V, V e F.
- (D) F, F e F.
- (E) V, V e V.

**8. FGV - Técnico de Nível Superior (ALBA)/Secretariado Executivo/2014**

O arquivo tem de ser bem organizado, pois ele é a memória viva da organização e o referencial de consultas que substanciam as rotinas diárias e as decisões tomadas cotidianamente, seja no curto, no médio ou no longo prazo. A esse respeito, analise as características de um arquivo listadas a seguir.

**I.** Ser simples, de modo que outras pessoas, que não o arquivista, possam consultá-lo sem dificuldade.

**II.** Ser inflexível, de modo que não possa ser aumentado quando aumenta o número de documentos a serem arquivados.

**III.** Ter boa acessibilidade, no sentido de permitir que qualquer consulta seja feita com rapidez e com qualidade.

**IV.** Ser organizado de modo heterogêneo e com pouca uniformidade, privilegiando a diversidade.

Assinale:

- (A) se somente as afirmativas **I** e **II** estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas **I** e **III** estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas **II** e **IV** estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas **I**, **II** e **IV** estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas **II**, **III** e **IV** estiverem corretas.

**9. FGV - Técnico de Nível Superior (ALBA)/Secretariado Executivo/2014**

A respeito dos arquivos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os documentos de arquivo, por questões de segurança das informações, podem ser reproduzidos em vários exemplares.
- (B) Os documentos de arquivo são acumulados por pessoas físicas e pessoas jurídicas públicas ou privadas essencialmente com intenções administrativas.
- (C) Os documentos de arquivos são reunidos, prioritariamente, com intenções históricas e culturais.
- (D) Uma coleção de documentos históricos de uma única origem, é considerada arquivo.
- (E) Os documentos de arquivo são acumulados, com interesses históricos, por várias pessoas.

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**1. FGV - Aluno-Oficial (PM SP)/2021**

Os princípios de Direito Administrativo definem a organização e a forma de proceder de um ente estatal, orientando a atuação da Administração Pública.

Como integrante da administração direta do Estado de São Paulo, a Polícia Militar estadual deve observar os princípios expressos da Administração Pública, previstos na Constituição da República, da

- (A) legitimidade, pessoalidade, economicidade, publicidade e eficácia.
- (B) legitimidade, impessoalidade, moralidade, disponibilidade e eficiência.
- (C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) publicidade, competitividade, economicidade, disponibilidade e eficácia.
- (E) transparência, celeridade, competitividade, moralidade e disponibilidade.

**2. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021**

João, auditor fiscal da Receita Estadual do Espírito Santo, acaba de ser lotado em departamento, cuja direção imediata é exercida por seu irmão Rafael.

Sabe-se que a Constituição do Estado do Espírito Santo estabelece o seguinte em seu Art. 32, inciso VI: “é vedado ao servidor público servir sob a direção imediata de cônjuge ou parente até terceiro grau civil, não admitindo ainda nomeações que configurem reciprocidade por nomeações”.

Considerando que Rafael continuará exercendo a direção do departamento diante de sua notória especialização na área, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, João

- (A) deve ser removido de ofício pela Administração Pública, no regular exercício de sua autotutela, ou a pedido pelo próprio servidor, sob pena de responder por ato de improbidade administrativa por violação a preceito da Constituição Estadual e a princípios da Administração Pública.
- (B) deve ser removido de ofício pela Administração Pública, no regular exercício de sua autotutela, ou a pedido pelo servidor, sob pena de responsabilidade na esfera administrativa, pois o ato administrativo de sua lotação é ato nulo, por violar Súmula Vinculante do STF que veda o nepotismo.

(C) deve retomar a sua lotação anterior, ou ser lotado em outro órgão, pois o STF declarou a constitucionalidade do mencionado dispositivo da Constituição Estadual, de maneira que a vedação estabelecida é considerada válida para todos os tipos de cargos e funções públicas, incluindo cargos efetivos e em comissão, em atenção aos princípios da impessoalidade e da moralidade.

(D) não precisa ser removido, pois o STF deu interpretação, conforme a Constituição, ao mencionado dispositivo da Constituição Estadual, que é considerado válido somente quando incidir sobre os cargos de provimento em comissão, função gratificada e cargos de direção e assessoramento, de maneira que tal vedação não pode alcançar os servidores ocupantes de cargo efetivo.

(E) não precisa ser removido, pois o STF declarou a inconstitucionalidade do mencionado dispositivo da Constituição Estadual, de maneira que a vedação estabelecida é considerada inválida para todos os tipos de cargos e funções públicas, incluindo cargos efetivos e em comissão, pois a lotação de servidores públicos é matéria que está inserta na discricionariedade administrativa.

**3. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021**

O Estado Alfa, com base em norma estadual, publicou em seu sítio eletrônico na internet a relação dos nomes, cargos e remuneração de seus servidores públicos, como forma de transparência ativa.

Inconformada, Maria, servidora pública estadual, ajuizou ação judicial em face do Estado, pleiteando obrigação de fazer para retirada das informações relacionadas à sua pessoa, alegando ofensa a seu direito fundamental à intimidade.

De acordo com o Supremo Tribunal Federal, em tese de repercussão geral, o pleito de Maria

- (A) não merece prosperar, eis que é legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- (B) não merece prosperar, eis que a Administração Pública possui discricionariedade em divulgar registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros, como por exemplo, o valor da remuneração de seus servidores.

(C) merece prosperar, eis que a divulgação de informações pessoais dos servidores mostra-se infrutífera e desarrazoada, e submete a risco a segurança da servidora, que vê sua privacidade exposta publicamente, não sendo absoluta a preponderância do interesse público sobre o particular.

(D) merece prosperar, eis que a publicidade deve ser limitada à divulgação genérica dos salários correspondentes a cada cargo, levando em conta a progressão vertical e horizontal na carreira, sem vinculação direta ao nome do servidor, sob pena de ofensa ao direito à intimidade.

(E) merece prosperar parcialmente, eis que deve ser substituído apenas o nome pela matrícula de Maria, de maneira a viabilizar a publicidade da remuneração do agente público, sem ofender a intimidade da servidora, conforme princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

#### **4. FGV - Auditor Técnico de Controle Externo (TCE-AM)/Auditoria de Tecnologia da Informação/2021 (e mais 1 concurso)**

Prefeito municipal determinou que circulassem pela cidade carros de som adesivados com seu nome, sua foto e símbolo usado em sua última campanha eleitoral, informando à população que ele tinha acabado de construir e inaugurar mais cinco postos de saúde, razão pela qual ele seria o melhor político da região.

No caso em tela, o Prefeito violou direta e frontalmente o princípio expresso da administração pública da:

- (A) eficiência, pois os esforços do gestor devem se limitar às atividades fins em matéria de serviço público;
- (B) economicidade, pois a circulação de carros oficiais pela cidade causa dano ao erário;
- (C) impessoalidade, pois na publicidade oficial não podem constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades;
- (D) publicidade, pois atos oficiais devem ser objeto de publicação no Diário Oficial, e não por meio de campanhas informativas por carros de som;
- (E) competitividade, pois desequilibrou as oportunidades de ganhos eleitorais entre os demais políticos da região que não possuem a máquina pública em suas mãos.

#### **5. FGV - Juiz Estadual (TJ PR)/2021**

Antônio exerceu o cargo eletivo de Vereador junto ao Legislativo municipal durante dezesseis anos. No Município em análise, existe lei municipal dispondo que a pessoa que tiver exercido o cargo de Vereador durante quatro Legislaturas ou dezesseis anos de vereança faz jus, a título de pensão, após o término do mandato, a um subsídio mensal e vitalício igual à parte fixa da remuneração dos membros da edilidade.

No caso em tela, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a mencionada lei municipal:

- (A) não é harmônica com a Constituição da República de 1988, pois configura tratamento privilegiado em favor de ex-membro do Legislativo municipal, que não mais é agente político, com violação aos princípios da moralidade e da isonomia;
- (B) não é harmônica com a Constituição da República de 1988, pois os ocupantes de cargos eletivos não contribuem com qualquer regime de previdência social durante seus mandatos, pela natureza da função exercida;
- (C) é harmônica com a Constituição da República de 1988, desde que o valor a ser pago seja proporcional ao tempo de contribuição e o valor a ser pago a título de pensão seja oriundo do regime próprio de previdência social;
- (D) é harmônica com a Constituição da República de 1988, desde que o valor a ser pago a título de pensão previsto em lei seja oriundo do regime próprio de previdência social, diante da natureza do cargo eletivo ocupado pelo Vereador;
- (E) é harmônica com a Constituição da República de 1988, desde que o valor a ser pago a título de pensão seja oriundo do regime geral de previdência social, pois ocupante de cargo eletivo não se sujeita a regime próprio de previdência social.

#### **6. FGV - Assistente Administrativo (FunSaúde CE)/2021**

O tratamento igualitário e a prestação de contas à população são considerados fundamentais nos atos da administração pública, derivando, respectivamente, dos princípios

- (A) da legalidade e da constitucionalidade.
- (B) da impessoalidade e da publicidade.
- (C) da moralidade e da eficiência.
- (D) da veracidade e da relevância.
- (E) da transparência e da regularidade.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 2/2021/XXXIII Exame**

*Este sistema, que consiste em fazer uso da oposição e da rivalidade dos interesses, na falta de motivos melhores, é o segredo de todos os negócios humanos, quer sejam particulares, quer públicos.*

**MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. In O Federalista**

Os textos conhecidos na forma do livro *O Federalista* expressam um princípio de governo republicano que ficou conhecido como *freios e contrapesos*, que se propõe a assegurar a justiça e a liberdade que deveriam ser, segundo os autores, o fim de todo governo e da sociedade civil.

Assinale a opção que melhor expressa, com base no livro em referência, o princípio dos freios e contrapesos.

(A) Assegurar o devido processo legal, de modo que todos aqueles que sejam acusados de terem cometido um ilícito contra um particular ou contra o Poder Público possam se valer de todos os instrumentos de defesa técnica adequada, tendo em vista impedir que o magistrado da causa julgue com base em suas convicções morais, filosóficas ou religiosas.

(B) Assegurar um sistema de representação eleitoral em que a população manifeste sua vontade, mas escolhendo apenas representantes que tenham passado por um devido processo de formação política oferecido pela Escola de Governo da República. Essa Escola deve ser mantida pela União e as vagas devem ser repartidas proporcionalmente entre os partidos políticos.

(C) Assegurar a ampla defesa e o contraditório, de forma que no desenrolar de uma ação judicial os argumentos de acusação e defesa se coloquem em equilíbrio e, dessa forma, não haja um peso excessivo apenas para um dos lados da causa, o que geraria uma inevitável injustiça.

(D) Assegurar a vontade própria de cada Poder do Estado, de modo que aqueles que o exercitam tenham a menor influência na escolha dos representantes dos demais poderes. Além disso, deve-se organizar o poder legislativo em duas casas legislativas com eleições independentes, e deve-se, também, impedir que uma facção política destrua a outra.

**2. FGV - Auditor Técnico de Controle Externo (TCE-AM)/Auditoria Governamental/2021**

Lucas, estudioso do direito constitucional, chegou à conclusão de que o texto constitucional pode sofrer mudanças de significado ainda que não seja objeto de qualquer alteração formal. Essas alterações, delineadas a partir de atividade intelectual conduzida pelo intérprete, sob influência das modificações na realidade sociopolítica, não importariam em usurpação de uma função própria do Poder Constituinte originário.

À luz da compreensão contemporânea a respeito da interpretação constitucional, a argumentação de Lucas é:

(A) incorreta, pois o texto e a norma constitucional apresentam uma relação de sobreposição, o que impede a alteração da última sem a realização de modificações no primeiro;

(B) correta, já que o texto e a norma constitucional não apresentam uma relação de sobreposição, sendo esta última delineada a partir da interação entre o primeiro e a realidade;

(C) correta, já que a norma pode se distanciar da sobreposição com o texto caso seja identificada uma situação de nulidade parcial deste último;

(D) incorreta, já que a interpretação constitucional é realizada in abstracto, dissociada da realidade subjacente ao momento de aplicação da norma;

(E) incorreta, já que o objetivo do intérprete é descobrir o significado imanente do texto constitucional.

**3. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

No processo de interpretação constitucional, a pré-compreensão do intérprete não pode ocupar uma posição hegemônica e incontestável, de modo a tornar esse processo uma encenação que busque tão somente justificar conclusões prévias, indiferentes aos limites do texto constitucional, aos aspectos circunstanciais e às exigências de ordem metódica.

Na interpretação constitucional, a narrativa acima se mostra:

- (A) errada, pois a pré-compreensão não pode ser utilizada na interpretação constitucional, sob pena de consagrar o subjetivismo em detrimento do caráter objetivo da norma;
- (B) correta, pois o conhecimento adquirido pelo intérprete é apenas condição de desenvolvimento da compreensão, que resulta na atribuição de significado ao texto;
- (C) correta, pois a interpretação evidencia uma total separação entre o sujeito cognoscente e o objeto cognoscido, de modo que a compreensão é da alçada do legislador;
- (D) errada, pois o intérprete, em sua atividade intelectual, deve se limitar a conhecer o sentido imanente ao texto, não participando da construção do significado;
- (E) contraditória, pois a pré-compreensão e a compreensão apresentam uma relação de sobreposição, não ocupando planos sucessivos.

#### 4. FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021

Ana e Maria, estudiosas do Direito, travaram intenso debate a respeito de aspectos da interpretação constitucional. Ana sustentava que a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido, própria do formalismo, não se ajustava ao modo como a ordem constitucional brasileira vinha sendo compreendida. Maria, no entanto, ressaltava que a afirmação de Ana era incompatível com o conceito de mutação constitucional.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria está errada, pois o conceito de mutação constitucional está ínsito no formalismo, decorrendo das constantes alterações formais do texto da Constituição.
- (B) Ana está errada, pois o formalismo é a base de toda a interpretação constitucional, apontando para a ilegitimidade de toda argumentação que dele se distancie.
- (C) Ana está errada, pois, na interpretação constitucional, a separação rígida entre sujeito cognoscente e objeto cognoscido decorre da separação de poderes.
- (D) Ana está errada, pois os significantes constitucionais veiculam significados preexistentes, que não são influenciados pela pré-compreensão do intérprete ou por modificações da realidade.
- (E) Maria está errada, pois a mutação constitucional está embasada na atividade argumentativa e decisória desenvolvida pelo intérprete, que não permanece atrelado a significados preexistentes.

#### 5. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII

No âmbito da ADPF 635 se questionam a política de segurança pública do governo do Estado do Rio de Janeiro, os índices injustificáveis de letalidade promovida pelas intervenções policiais nas favelas e o uso desproporcional da força por parte dos agentes de segurança contra a população negra e pobre.

Diante de dados que comprovam que os efeitos de determinadas políticas públicas violam desproporcionalmente os direitos fundamentais de grupos vulneráveis identificáveis, é correto afirmar que tais políticas podem ser questionadas com fundamento no(a):

- (A) princípio da moralidade administrativa;
- (B) princípio da igualdade formal;
- (C) teoria da discriminação indireta;
- (D) princípio da legalidade;
- (E) princípio da impessoalidade.

#### 6. FGV - Auditor de Controle Externo (TCE-PI)/Engenharia/2021

João e Maria travaram intenso debate a respeito das teorias afetas às restrições aos direitos fundamentais. João defendia que no direito brasileiro é preponderante o entendimento de que esses direitos ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, o que implica adesão à denominada teoria interna. Maria, por sua vez, refutava esse argumento, afirmando que o entendimento preponderante é o de que os direitos apresentam contornos *prima facie*, se afeiçoando à teoria externa.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que o(s) entendimento(s) de:

- (A) Maria está certo, já que direito e restrição formam individualidades distintas;
- (B) Maria está parcialmente certo, pois o conteúdo *prima facie*, por ser avesso à segurança jurídica, é incompatível com esses direitos;
- (C) João está certo, já que o nível de proteção oferecido por um direito fundamental é incontrastável;
- (D) João está parcialmente certo, pois as posições jurídicas definitivas são incompatíveis com a natureza principiológica desses direitos;
- (E) Maria e João estão parcialmente certos, já que suas explicações se ajustam, respectivamente, às teorias interna e externa.

## DIREITO CIVIL

**1. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- (A) absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;
- (C) relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- (D) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- (E) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

**2. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021**

Vanessa, 28 anos e seu marido Roberto, 29 anos, ambos portadores de síndrome de Down, não curatelados, casaram-se em 2019, e sempre desejaram ter filhos biológicos. Depois de algumas tentativas frustradas, buscaram a opinião de um médico que diagnosticou a esterilidade de Vanessa.

Contudo, no início de 2021 receberam uma notícia animadora: a rede pública de hospitais do Estado do Ceará passou a oferecer tratamento de reprodução assistida, com cobertura pelo SUS. Assim, o casal marcou uma consulta e foi atendido por Ângelo, médico, que, após uma série de exames e atendimentos, conclui pela aptidão física de Vanessa para submeter-se ao referido procedimento.

Neste sentido, resta uma dúvida para Ângelo: realizar, ou não, o tratamento, por ser leigo na área jurídica. Afinal, o direito brasileiro reconhece e admite o projeto parental de pessoas com deficiência?

Segundo o Código Civil,

- (A) Vanessa não poderá submeter-se ao tratamento de reprodução assistida, vez que é absolutamente incapaz.
- (B) Vanessa, sendo relativamente incapaz, só poderá submeter-se ao tratamento caso um curador tome essa decisão por ela.
- (C) Vanessa, sendo relativamente incapaz, necessitará da assistência de um curador para a emissão válida de vontade.
- (D) Vanessa é capaz e caberá, somente a ela, decidir a respeito de sua submissão ao tratamento.

(E) Augusto deverá decidir se Vanessa e Roberto possuem condições psíquicas para aceitarem o tratamento.

**3. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 1/2020/XXXI Exame**

Márcia, adolescente com 17 anos de idade, sempre demonstrou uma maturidade muito superior à sua faixa etária. Seu maior objetivo profissional é o de tornar-se professora de História e, por isso, decidiu criar um canal em uma plataforma *on-line*, na qual publica vídeos com aulas por ela própria elaboradas sobre conteúdos históricos.

O canal tornou-se um sucesso, atraindo multidões de jovens seguidores e despertando o interesse de vários patrocinadores, que começaram a procurar a jovem, propondo contratos de publicidade. Embora ainda não tenha obtido nenhum lucro com o canal, Márcia está animada com a perspectiva de conseguir custear seus estudos na Faculdade de História se conseguir firmar alguns desses contratos. Para facilitar as atividades da jovem, seus pais decidiram emancipá-la, o que permitirá que celebre negócios com futuros patrocinadores com mais agilidade.

Sobre o ato de emancipação de Márcia por seus pais, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Depende de homologação judicial, tendo em vista o alto grau de exposição que a adolescente tem na internet.
- (B) Não tem requisitos formais específicos, podendo ser concedida por instrumento particular.
- (C) Deve, necessariamente, ser levado a registro no cartório competente do Registro Civil de Pessoas Naturais.
- (D) É nulo, pois ela apenas poderia ser emancipada caso já contasse com economia própria, o que ainda não aconteceu.

**4. FGV - Oficial de Justiça Estadual (TJ RS)/2020**

Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa.

A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- (A) nascituro goza de proteção jurídica;
- (B) nascituro tem personalidade civil plena;
- (C) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- (D) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;
- (E) material genético humano congelado é um nascituro.



**5. FGV - Estagiário Forense (MPE RJ)/2020/X**

Christiana tem três filhas: Roberta, que tem quinze anos e é estudante; Marisa, que tem dezessete anos, mas já se sustenta com o trabalho que realiza como empregada de uma joalheria; e Virgínia, que tem vinte anos, mas ainda reside com a mãe, que a sustenta. A capacidade para exercer os atos da vida civil é atribuída a:

- (A) somente Virgínia;
- (B) somente Marisa;
- (C) somente Marisa e Virgínia;
- (D) somente Roberta e Virgínia;
- (E) Roberta, Marisa e Virgínia.

**6. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII**

A respeito dos direitos da personalidade, é **correto** afirmar que:

- (A) o exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária, ainda que permanente e geral;
- (B) as partes destacadas e recuperáveis do corpo humano – como fio de cabelo, saliva, sêmen – merecem a mesma proteção recebida pelas partes não recuperáveis do corpo;
- (C) a disposição do próprio corpo, ainda que gratuita, com objetivos exclusivamente científicos, é autorizada;
- (D) a substituição de um dos patronímicos por ocasião do matrimônio não poderá ser revertida ainda na constância do matrimônio, sob alegação de que o sobrenome adotado assumiu posição de protagonismo em detrimento do sobrenome familiar;
- (E) o uso não autorizado da imagem de torcedor inserido no contexto de uma torcida pode induzir a reparação de danos morais, ainda que não configurada a projeção e a individualização da pessoa nela representada.

**7. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

Renato, Luana, Celso e Bárbara se uniram para constituir uma pessoa jurídica de direito privado para o exercício de atividade com finalidade não econômica.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) haverá, entre os quatro, direitos e obrigações recíprocos;
- (B) o estatuto poderá instituir categorias pelas quais alguns deles tenham vantagens especiais;
- (C) sua participação na pessoa jurídica será transmitida aos seus herdeiros, se o estatuto não dispuser o contrário;
- (D) competirá exclusivamente à assembleia geral alterar o estatuto;

(E) sob pena de anulação, o estatuto deve conter, entre outros elementos, a denominação, os fins e a sede da pessoa jurídica.

**8. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 1/2021/XXXII Exame**

Moema, Madalena e Carmen são sócias em uma sociedade empresária administrada por Antônio Cardoso. O objeto social é a distribuição de artigos de limpeza e asseio. Moema tem 90% do capital, Madalena tem 9% e Carmen, 1%. Ficando caracterizada confusão patrimonial pelo cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações pessoais das sócias por ação do administrador e a mando delas, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade, para atingir os bens particulares

- (A) de Moema, somente.
- (B) de Antônio, somente.
- (C) de Moema, Madalena, Carmen e Antônio.
- (D) de Moema e Madalena, somente.

**9. FGV - Notário e Registrador (TJ SC)/Remoção/2021**

A aplicação da desconsideração da personalidade jurídica em processos judiciais está vinculada à presença de situações que configurem abuso da personalidade jurídica e somente pode atingir bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Nesse sentido, o Código Civil, para resguardar a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas em casos de desconsideração, prescreve que:

- (A) constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica;
- (B) a mera existência de grupo econômico sem a presença dos requisitos de desvio de finalidade ou confusão patrimonial autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica;
- (C) para efeito de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, desvio de finalidade é a utilização da pessoa jurídica com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza;
- (D) existe confusão patrimonial quando não há separação de fato entre os patrimônios da pessoa jurídica e dos sócios, como a transferência de ativos sem efetivas contraprestações, inclusive os de valor proporcionalmente insignificante;
- (E) é admitida a aplicação da desconsideração inversa da personalidade jurídica, consistente na extensão das obrigações de sócios à pessoa jurídica, porém sem necessidade de prova do abuso da personalidade jurídica (teoria objetiva ou menor).

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**1. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII**

Entre as características e contornos do processo estrutural, estão:

- (A) predomínio de protagonismo judicial, com pouco espaço para o consensualismo, dada a indisponibilidade dos interesses em jogo;
- (B) utilização de técnicas processuais flexibilizadoras, sem prejuízo do respeito a garantias básicas, como a estabilização do pedido e a congruência entre pedido e sentença;
- (C) existência de decisões “em cascata”, estabelecimento de planos e atenção a regimes de transição;
- (D) preocupação com a eficiência do procedimento, a efetividade da prestação jurisdicional e a celeridade da atividade satisfativa;
- (E) utilização constante de precedentes vinculantes, proliferação de negócios jurídicos processuais e incentivo à atuação de *amici curiae*.

**2. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

O Ministério Público, por intermédio de seu Promotor de Justiça com atribuição, autorizado pelo ordenamento jurídico, ajuíza uma ação, em nome próprio, na defesa dos interesses de um incapaz.

Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público atuará na qualidade de:

- (A) legitimado ativo ordinário;
- (B) substituto processual;
- (C) assistente litisconsorcial;
- (D) representante legal;
- (E) sucessor processual.

**3. FGV - Estagiário Forense (MPE RJ)/2020/X**

Joana propôs ação de separação judicial em face de José, fundada na violência doméstica por ela sofrida, bem como no fato de seu marido ter uma relação extraconjugal notória e pública com outra pessoa. Nesse cenário, o processo contém:

- (A) duas partes, um pedido e uma causa de pedir;
- (B) duas partes, um pedido e duas causas de pedir;
- (C) duas partes, dois pedidos e duas causas de pedir;
- (D) uma parte, um pedido e uma causa de pedir;
- (E) uma parte, um pedido e duas causas de pedir.

**4. FGV - Juiz Estadual (TJ PR)/2021**

Sobre a cooperação nacional e internacional, é correto afirmar que:

- (A) a cooperação jurídica internacional terá por objeto medidas judiciais, ficando excluídas as medidas extrajudiciais;
- (B) na cooperação jurídica internacional, a publicidade dos atos processuais praticados no Brasil deverá observar as hipóteses de sigilo da legislação nacional, sendo irrelevantes as situações previstas na legislação do Estado requerente;
- (C) compete ao juízo estadual do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional;
- (D) os atos concertados entre os juízes cooperantes poderão consistir no estabelecimento de procedimento para a efetivação de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas;
- (E) o pedido de cooperação judiciária não pode abranger atos relacionados à facilitação de habilitação de créditos na falência.

**5. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 2/2021/XXXIII Exame**

Carlyle Schneider, engenheiro suíço, morava em Madison, Wisconsin, Estados Unidos da América, há 12 anos.

Em meados de 2015, participou da construção de dois edifícios em Florianópolis, Brasil, dos quais se afeiçoou de tal modo, que decidiu adquirir uma unidade residencial em cada prédio. Portanto, apesar de bem estabelecido em Madison, era o Sr. Schneider proprietário de dois imóveis no Brasil.

Em 10/12/2017, viajou à Alemanha e, ao visitar um antigo casarão a ser restaurado, foi surpreendido pelo desabamento da construção sobre si, falecendo logo em seguida. Carlyle Schneider deixou 3 (três) filhos, que moravam na Suíça.

A respeito dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional, com base nas normas constantes do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente à autoridade judiciária da Suíça, país de nacionalidade do autor da herança e de nacionalidade e residência dos herdeiros legítimos, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.
- (B) Em matéria de sucessão hereditária, compete concomitantemente à autoridade judiciária da Alemanha, local de óbito do autor da herança, proceder à partilha dos dois bens imóveis situados no Brasil.
- (C) Em matéria de sucessão hereditária, compete exclusivamente ao Estado brasileiro, local de situação dos imóveis, proceder ao inventário e à partilha dos dois bens imóveis.

(D) Em matéria de sucessão hereditária, compete con-  
correntemente à autoridade judiciária dos Estados  
Unidos da América, país de residência do autor da he-  
rança, proceder à partilha dos dois bens imóveis situ-  
ados no Brasil.

#### 6. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII

Ao participar de um processo seletivo, Renata recebe a informação de que seu CPF se encontra suspenso em razão de determinação da Secretaria da Receita Federal. Assim, procura o referido órgão público para tentar resolver a questão e descobre que consta como sócia da empresa XX Ltda. que se localiza no interior do Estado, empresa essa que figurava como executada em diversas execuções fiscais relativas a tributos federais. Renata nunca ouviu falar dessa empresa. Ela trabalha como caixa de supermercado, recebendo a quantia de 1 salário mínimo por mês, e procura o Núcleo da Defensoria Pública da Comarca em que reside. O(A) Defensor(a) Público(a) que lá atua obtém o contrato social da empresa XX Ltda. e verifica que Renata consta como sócia, junto com Marcos, Henrique e Guilherme (pessoas que também não conhece), havendo, inclusive, uma assinatura não reconhecida por Renata no contrato social. A Comarca em questão é de juízo único e não há sede da Justiça Federal na localidade, somente a 50 quilômetros de distância.

Para solucionar a questão relativa à suspensão do CPF de Renata, o(a) Defensor(a) Público(a) deverá ajuizar ação:

- (A) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a inexistência de relação jurídica entre Renata e a empresa;
- (B) sob o procedimento especial, perante a Justiça Estadual, em face de Marcos, Henrique e Guilherme, objetivando a dissolução da sociedade;
- (C) sob o procedimento comum, perante a Justiça Federal, objetivando a declaração de inexistência de débito entre Renata e a União Federal;
- (D) sob o procedimento comum, perante a Justiça Estadual, objetivando que Marcos, Henrique e Guilherme sejam condenados ao pagamento do tributo em questão;
- (E) perante o Juizado Especial Cível na Justiça Estadual, em face da empresa XX Ltda., objetivando que seja declarada a nulidade do contrato social da empresa em razão de manifesta fraude.

**7. FGV - Notário e Registrador (TJ SC)/Remoção/2021**  
Sobre as normas de modificação de competência, é correto afirmar que:

- (A) o foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes;
- (B) as partes podem modificar a competência em razão do valor, da matéria e do território, elegendo o foro consensualmente;
- (C) a abusividade da cláusula de eleição de foro poderá ser alegada pelo réu a qualquer tempo, uma vez que se trata de matéria de ordem pública;
- (D) a reunião das ações ajuizadas em separado far-se-á no juízo prevento, mas não serão decididas simultaneamente, salvo em caso de questão prejudicial;
- (E) a cláusula de eleição de foro, se considerada abusiva, pode, até a citação, ser reputada ineficaz de ofício pelo juiz, que determinará a remessa dos autos ao juízo do foro de domicílio do réu.

#### 8. FGV - Advogado (FunSaúde CE)/2021

O Código de Processo Civil possui diversas regras sobre a delimitação da competência. A respeito das regras sobre competência, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A incompetência absoluta, caso reconhecida pelo juízo, leva à nulidade de pleno direito dos atos decisórios do juízo incompetente.
- (B) As partes podem modificar a competência em razão do valor, da matéria e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.
- (C) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, desde que haja conexão entre eles.
- (D) A competência relativa poderá modificar-se pela conexão, pela continência ou pela litispendência.
- (E) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.

#### 9. FGV - Estagiário Forense (MPE RJ)/2020/X

Distribuída petição inicial de ação de despejo a uma vara de família da comarca da capital fluminense, procedeu-se ao juízo positivo de admissibilidade da demanda, determinando-se a citação do réu. Nesse cenário, o juízo de família é:

- (A) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência;
- (B) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício com a arguição de preliminar em contestação;
- (C) absolutamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção de incompetência;

## DIREITO PENAL

**1. FGV - Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro/2021/XXVII**

“O recrudescimento cautelar do sistema de controle brasileiro refletiu os objetivos reais e ideais de um país racista que tinha como problema maior a questão negra, calcada em termos genocidas como condição de sobrevivência da sua falsa branquidade. Contexto que impôs uma cisão em nosso Direito Penal: ao lado do Direito Penal declarado para os cidadãos, alicerçado no Direito Penal do fato construído às luzes do Classicismo, o Direito Penal paralelo para os “subcidadãos”, legitimado no Direito Penal do autor consolidado pela tradução marginal do paradigma racial-etiológico, que, por sua vez, situa seu fundamento na periculosidade que exala dos corpos negros, um sistema outrora identificado por Lola Aniyar de Castro (2005, p. 96) como “subterrâneo” que aqui jamais se ocultou, sendo operacionado sob os olhos de quem quiser enxergar.” (GÓES, Luciano. Abolicionismo penal? Mas qual abolicionismo, “cara pálida”? Revista InSURgência. Brasília. Ano 3. v.3. n.2. 2017. Pg. 98).

Considerando a afirmativa acima, é possível compreender o fenômeno do encarceramento em massa no Brasil, sob o ponto de vista empírico e teórico, a partir da correlação entre:

- (A) o racismo individualista e o minimalismo penal;
- (B) o racismo estrutural e o direito penal do inimigo;
- (C) o racismo institucional e o minimalismo penal;
- (D) o racismo estrutural e o abolicionismo penal;
- (E) o racismo individualista e o direito penal do inimigo.

**2. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

Quanto à interpretação da norma penal incriminadora, fica vedada a realização de:

- (A) interpretação declarativa;
- (B) interpretação restritiva;
- (C) interpretação analógica;
- (D) interpretação extensiva;
- (E) analogia *in malam partem*.

**3. FGV - Auditor Fiscal da Receita Estadual (SEFAZ ES)/2021**

Relativamente ao tema da aplicação da lei penal no tempo, analise as afirmativas a seguir.

I. A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou da permanência.

II. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela os efeitos penais da sentença condenatória, incidindo o princípio da abolição criminis aos crimes decorrentes de leis penais excepcionais e temporárias.

III. A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado e já iniciada a execução da pena.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**4. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

Quanto ao “tempo do crime”, o Código Penal brasileiro adota a teoria:

- (A) da atividade;
- (B) do resultado;
- (C) da ubiquidade;
- (D) da consumação;
- (E) do efeito.

**5. FGV - Oficial Policial Militar (PM RJ)/2021**

Saulo, argentino, se envolve em uma briga com um vizinho da mesma nacionalidade que a sua, na rua da residência de ambos, em Buenos Aires. Após a briga, Saulo vem a morar temporariamente no Rio de Janeiro, onde compra licitamente uma arma de fogo, porque, em sua mente, pretende matar o vizinho argentino ao retornar ao seu país natural, no mês seguinte.

Ao final da estadia, obtém permissão para voltar ao seu país com aquele bem. Após retornar à Argentina, Saulo, utilizando a arma adquirida no Brasil, vem a matar o vizinho/inimigo, voltando em seguida a residir no Rio de Janeiro, como turista, onde é localizado.

No que tange ao crime de homicídio, considerando as regras sobre aplicação da lei penal brasileira no espaço, é correto afirmar que a lei brasileira

(A) será aplicável, em razão do princípio da nacionalidade ou personalidade, sendo irrelevante o retorno de Saulo ao Brasil.

(B) será aplicável, em razão do princípio da territorialidade, já que parte dos atos executórios aqui foi realizado e Saulo retornou ao Brasil.

(C) não poderá ser aplicada, porque a lei nacional incidirá sobre atos praticados fora do Brasil, independentemente da nacionalidade do autor.

(D) não poderá ser aplicada no caso, ainda que Saulo tenha retornado ao Brasil.

(E) poderá ser aplicada porque Saulo retornou ao Brasil, desde que não venha a ser condenado na Argentina.

#### **6. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 1/2021/XXXII Exame**

Paulo e Júlia viajaram para Portugal, em novembro de 2019, em comemoração ao aniversário de um ano de casamento. Na cidade de Lisboa, dentro do quarto do hotel, por ciúmes da esposa que teria olhado para terceira pessoa durante o jantar, Paulo veio a agredir, causando-lhe lesões leves reconhecidas no laudo próprio. Com a intervenção de funcionários do hotel que ouviram os gritos da vítima, Paulo acabou encaminhado para Delegacia, sendo liberado mediante o pagamento de fiança e autorizado seu retorno ao Brasil.

Paulo, na semana seguinte, retornou para o Brasil, sem que houvesse qualquer ação penal em seu desfavor em Portugal, enquanto Júlia permaneceu em Lisboa. Ciente de que o fato já era do conhecimento das autoridades brasileiras e preocupado com sua situação jurídica no país, Paulo procura você, na condição de advogado(a), para obter sua orientação.

Considerando apenas as informações narradas, você, como advogado(a), deve esclarecer que a lei brasileira

(A) não poderá ser aplicada, tendo em vista que houve prisão em flagrante em Portugal e em razão da vedação do bis in idem.

(B) poderá ser aplicada diante do retorno de Paulo ao Brasil, independentemente do retorno de Júlia e de sua manifestação de vontade sobre o interesse de ver o autor responsabilizado criminalmente.

(C) poderá ser aplicada, desde que Júlia retorne ao país e ofereça representação no prazo decadencial de seis meses.

(D) poderá ser aplicada, ainda que Paulo venha a ser denunciado e absolvido pela justiça de Portugal.

#### **7. FGV - Técnico Judiciário (TJ RO)/2021**

Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que:

(A) pelo princípio da extraterritorialidade, aplica-se a lei penal brasileira aos fatos puníveis praticados no território nacional, quando o agente for estrangeiro;

(B) a lei brasileira adota o princípio da territorialidade como regra, ainda que de forma atenuada, uma vez que ressalva a validade de convenções e tratados internacionais;

(C) o princípio da nacionalidade ou da personalidade permite a extensão da jurisdição penal do Estado titular do bem lesado para além dos seus limites territoriais;

(D) o princípio real, de defesa ou de proteção permite a aplicação da lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado;

(E) o princípio da universalidade ou cosmopolita aplica-se à lei penal da nacionalidade do agente, pouco importando o local em que o crime foi praticado.

#### **8. FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Oficial de Justiça/2021**

O conceito analítico de crime exige a realização de um comportamento humano.

Um comportamento humano que pode ensejar interesse jurídico-penal e responsabilização do agente que o desempenha é:

(A) ação por coação física irresistível;

(B) atos reflexos;

(C) condutas culposas;

(D) perda brusca de consciência;

(E) atos automatizados.

#### **9. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

Lidiane, exímia nadadora, convida sua amiga Karen para realizarem a travessia a nado de um rio, afirmando que poderia socorrê-la caso tivesse qualquer dificuldade. Durante a travessia, Karen e Lidiane foram pegadas por um forte redemoinho que as puxou para o fundo do rio. Lidiane conseguiu escapar, mas, em razão da forte correnteza, não conseguiu salvar Karen, que veio a falecer por afogamento.

Considerando o fato acima narrado, Lidiane:

(A) será responsabilizada pelo homicídio de Karen por omissão imprópria, visto que criou a situação de perigo e assumiu a posição de garantidora;

(B) assumiu a função de garantidora, devendo responder pela omissão de socorro com resultado morte;

(C) assumiu a função de garantidora, mas não responderá pela morte de Karen, pois estava impossibilitada de agir;

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

**1. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

O direito processual penal é regido por diversos princípios, dentre os quais o do *nemo tenetur se detegere*, pelo qual ninguém será obrigado a produzir prova contra si mesmo.

Com base no princípio em questão e na jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- (A) a atribuição de falsa identidade pelo suspeito ou investigado, ainda que em situação de autodefesa, configura fato típico;
- (B) a recusa do investigado em prestar informações quando intimado em sede policial poderá justificar, por si só, o seu indiciamento pela autoridade policial;
- (C) as provas que exijam comportamento passivo do investigado não poderão ser produzidas sem sua concordância;
- (D) a alteração de cena do crime pelo agente não configura fraude processual;
- (E) apenas o preso poderá valer-se do direito ao silêncio, não se estendendo tal proteção aos investigados.

**2. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

No curso de inquérito policial para investigar a prática de crime sexual, a autoridade policial entendeu necessária a realização de exame de DNA de Leonardo, suspeito do delito, para colher informações sobre a sua autoria.

Nesse sentido, a prova em questão:

- (A) não poderá ser recusada por Leonardo, diante da sua condição de indiciado, independentemente de exigir comportamento ativo ou passivo;
- (B) poderá ser realizada, independentemente da concordância de Leonardo, ainda que invasiva, mas exige decisão judicial prévia;
- (C) poderá ser recusada por Leonardo no curso do inquérito policial, mas não no curso de processo judicial;
- (D) poderá ser realizada sobre material descartado por Leonardo, independentemente de sua concordância;
- (E) poderá ser realizada independentemente da concordância de Leonardo, ainda que exija comportamento ativo do agente, desde que sujeita ao contraditório e ampla defesa.

**3. FGV - OAB UNIFICADO - Nacional/Exame Anual 1/2021/XXXII Exame**

Após concluído inquérito policial para apurar a prática do crime de homicídio em desfavor de Jonas, o Ministério Público requereu o seu arquivamento por falta de justa causa, pois não conseguiu identificar o(s) autor(es) do delito, o que restou devidamente homologado pelo juiz competente. Um mês após o arquivamento do inquérito policial, uma testemunha, que não havia sido anteriormente identificada, compareceu à delegacia de polícia alegando possuir informações quanto ao autor do homicídio de Jonas.

A família de Jonas, ao tomar conhecimento dos fatos, procura você, como advogado(a) da família, para esclarecimentos. Diante da notícia de existência de novas provas aptas a identificar o autor do crime, você deverá esclarecer aos familiares da vítima que o órgão ministerial

- (A) poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento não faz coisa julgada material independentemente de seu fundamento.
- (B) não poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento é imutável na presente hipótese.
- (C) não poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois se trata de mera notícia, inexistindo efetivamente qualquer prova nova quanto à autoria do delito.
- (D) poderá promover o desarquivamento do inquérito, pois a decisão de arquivamento fez apenas coisa julgada formal no caso concreto.

**4. FGV - Agente de Polícia Civil (RN)/2021 (e mais 1 concurso)**

O inquérito policial é procedimento administrativo que possui características próprias destacadas pela doutrina e pela jurisprudência.

Com relação ao tema, analise as afirmativas a seguir.

I. Pode ser instaurado de ofício ou a requerimento, tanto nos crimes de ação pública quanto nos de ação privada, mas o oferecimento da ação penal dependerá da vontade da vítima nesse último caso.

II. Contra a decisão que indefere o seu requerimento de abertura, cabe recurso ao Poder Judiciário.

III. Pode ser requerida sua abertura, ainda que não seja possível identificar o autor do fato naquele momento.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) II;
- (B) III;
- (C) I e II;
- (D) I e III;
- (E) II e III.

**5. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

Maria, advogada de João, compareceu à Delegacia de Polícia da Circunscrição XX, e requereu vista do Inquérito Policial nº 123, no qual seu cliente figurava como um dos investigados. O requerimento foi negado pelo delegado de polícia sob o argumento de que a investigação dizia respeito a uma perigosa organização criminosa, o que levou à decretação do sigilo, para que fosse assegurado o êxito das investigações.

A decisão está:

- (A) incorreta, pois deveria ser assegurado o direito de acesso aos elementos já documentados, associados ao direito de defesa;
- (B) correta, pois, no caso concreto, a ponderação dos valores envolvidos conduz à preponderância do interesse público;
- (C) correta, desde que a decretação do sigilo tenha sido devidamente fundamentada;
- (D) incorreta, pois o sigilo do inquérito policial é incompatível com o princípio republicano;
- (E) incorreta, pois o sigilo do inquérito policial não é oponível a nenhum advogado.

**6. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

Enquanto realizava compras em uma famosa loja de grife da cidade, Roberto iniciou discussão com a vendedora Joana, vindo a afirmar, na presença de quinze clientes, que o mau atendimento só poderia ter sido causado por uma “negrinha que deveria estar comendo banana”. Joana ficou envergonhada com toda a situação, optando por ir para casa e não contar a ninguém sobre o ocorrido. Contudo, a proprietária do estabelecimento compareceu em sede policial e narrou os fatos.

Considerando apenas as informações expostas, é correto afirmar que o delegado:

- (A) deverá instaurar inquérito policial, pois o crime em tese praticado foi de injúria racial sem causa de aumento, que é de ação penal pública incondicionada;
- (B) não poderá instaurar inquérito policial, pois o crime em tese praticado foi de injúria racial majorada, que exige representação da vítima;
- (C) deverá instaurar inquérito policial, pois foi praticado crime de racismo, que é de ação penal pública incondicionada;
- (D) não poderá instaurar inquérito policial, pois foi praticado crime de injúria racial simples, que é de ação penal privada;
- (E) deverá instaurar inquérito policial, pois o crime praticado foi de injúria racial majorada, que é de ação penal pública incondicionada.

**7. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

Após receber os autos de inquérito policial encaminhado pela autoridade policial, o promotor de justiça com atribuição para o caso verificou que não havia indícios suficientes quanto à autoria e materialidade do delito, pois não fora realizada no curso do procedimento administrativo busca e apreensão que entendia imprescindível.

Nesse sentido, o membro do órgão ministerial deverá:

- (A) promover o arquivamento do inquérito, por tratar-se de hipótese de absolvição sumária;
- (B) requisitar à autoridade policial que realize, diretamente, a diligência de busca e apreensão pretendida;
- (C) requerer ao juiz a realização de diligência investigatória antes do oferecimento da denúncia;
- (D) oferecer a denúncia e, após, requerer ao juiz a realização de diligência investigatória;
- (E) promover diretamente a realização da diligência investigatória.

**8. FGV - Delegado de Polícia Civil (RN)/2021**

A autoridade policial recebeu denúncia anônima sobre a existência de um grupo que se destinava a praticar roubos a agências bancárias.

Diante da notícia recebida, com base no entendimento dos Tribunais Superiores, a autoridade policial:

- (A) terá discricionariedade para instauração ou não do inquérito policial;
- (B) não poderá adotar qualquer medida, por tratar-se de denúncia anônima;
- (C) deverá realizar diligências preliminares para averiguação, antes de instaurar o inquérito policial;
- (D) deverá instaurar imediatamente inquérito policial para apurar o fato;
- (E) poderá dispensar o inquérito policial e encaminhar as informações recebidas ao órgão ministerial para o oferecimento imediato de denúncia.

**9. FGV - Soldado (PM CE)/2021/CFS**

Pedro sofre escoriações no rosto após receber um soco de seu irmão João, durante uma discussão em um almoço familiar. Fica indeciso sobre comunicar o fato à polícia, e sua namorada, Mariana, inconformada, dirige-se à delegacia, onde faz notícia crime contra João.

A autoridade policial imediatamente instaura inquérito para apurar o delito de lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica, nos termos do Art. 129, § 9º, do Código Penal. O crime em questão é punido com pena de detenção de três meses a três anos, sendo a ação penal pública condicionada à representação.